

# Ulysses tenta nova negociação

CARLOS CHAGAS

Caso o presidente José Sarney não dê à anunciada reforma do Ministério conotação de afronta ou de humilhação ao PMDB, o deputado Ulysses Guimarães estará disposto a desenvolver todos os esforços para que as bancadas de seu partido, no plenário da Constituinte, venham a aprovar a emenda presidencialista do deputado Manoel Moreira. O PMDB, assim, faria parte ativa do novo pacto político de maneira formal através de sua direção.

Essa emenda, apresentada pelo referido parlamentar, mas de autoria do jurista Miguel Reale Júnior, mantém o presidente da República como chefe de Estado e chefe de governo, com plenas atribuições de administrar o País. Cria, ao lado do presidente da República, a figura de um primeiro-ministro, seu auxiliar e por ele nomeado após consulta aos presidentes dos partidos políticos que apoiam o governo. O Congresso se manifestará sobre a indicação, mas, se duas forem rejeitadas, o presidente da República designará quem quiser. A demissão do primeiro-ministro ocorrerá por decisão do presidente da República ou por manifestação do Congresso, por maioria absoluta.

A pedra de toque da emenda está no fato de que o primeiro-ministro não é chefe de governo mas o "colaborador principal" do presidente da República, cabendo-lhe coordenar a ação governamental, expor e debater planos de governo elaborados pelo presidente da República e atuar co-



Ulysses Guimarães

29/04/87

mo elemento de mediação entre ele e o Congresso. O primeiro-ministro será escolhido entre deputados e senadores, mas os demais ministros não precisarão ser parlamentares.

Ulysses e Sarney poderão se entender, já que a questão principal hoje em debate, ou servindo para provocar confrontos, não se resume na postura genérica de o PMDB apoiar ou não o governo. No Legislativo, sempre apoiou. Nenhum projeto ou decreto-lei do presidente foi

rejeitado até hoje. A oposição peemedebista ao governo tem sido mais retórica do que prática, com acusações acres e críticas virulentas, em meio à participação cada vez maior no poder. O verdadeiro debate resume-se ao sistema de governo e ao tempo de mandato do presidente, apesar das cortinas-de-fumaça e dos jogos de cena.

Assim, na expectativa de uma convocação de Sarney, Ulysses traçou sua estratégia. Redobrará os es-

forços para que seus companheiros derrotem o parlamentarismo no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, em novembro e dezembro, prevendo-se a aprovação desse sistema de governo na Comissão de Sistematização, em outubro. Mas agirá assim apenas se Sarney não tiver, antes, humilhado e afrontado o seu partido, com a demissão em massa de seus atuais ministros e sua substituição por peemedebistas dóceis e amestrados.

Tudo precisará ser acertado antes, não dando lugar a precipitações. A emenda Manoel Moreira-Miguel Reale Júnior foi redigida sob inspiração de Ulysses. A seu pedido. Ele se julga em condições de sensibilizar alguns grupos parlamentaristas do PMDB, pois o texto também abre espaço para, no futuro, receber aprimoramentos e enveredar pela ortodoxia parlamentarista. Por enquanto, e até que seja modificado, mantém as necessidades presidencialistas. Está oficialmente endossado pelo governo, o que facilita as coisas. Na madrugada de ontem, reunido com parlamentares do PMDB e do PFL, o chefe do gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tentou que eles assinassem a emenda. Não conseguiu, por reação dos liberais, diante do que pode ser a solução para o novo pacto político nacional, a aproximação do Palácio do Planalto com Ulysses Guimarães. Para o PFL, seria muito melhor que Sarney e o PMDB não se compusessem, verificando-se um racha no PMDB e abrindo-se, por conta disso, mais vagas no governo.

## Cinco anos, só com parlamentarismo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A maioria do PMDB aceita que o presidente José Sarney permaneça quatro anos no Palácio do Planalto sob o regime presidencialista, mas quer o parlamentarismo implantado no quinto ano. Essa informação constará do novo pacto político que está sendo debatido no PMDB e será depois levado ao presidente da República pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente peemedebista. A revelação foi feita ontem pelo líder do partido na Câmara, Luiz Henrique (SC), após um encontro com a cúpula partidária, na residência do ministro Renato Archer.

O PMDB está convicto de que deve assumir o governo integralmente, correndo todos os riscos. Por esse motivo, acha desnecessária a reforma ministerial já, visto que a futura Constituição dará indicações mais

precisas para chegar à mudança de ministros.

Enquanto essas idéias circulam entre o Planalto e o partido, tudo indica que o presidente vá adiar o pronunciamento que fará à Nação, pois será prudente anunciar o novo pacto cercado de garantias políticas. Aliás, o líder Luiz Henrique observou que não poderia dizer quando Sarney falará à Nação.

Como a maioria do PMDB é parlamentarista e não há hipótese de mudança de posição, cresceu a tese da implantação do regime no decorrer do governo Sarney. Receia-se que, se ficasse para o próximo mandato a sua implantação, os candidatos à Presidência da República poderiam derrotá-lo.

### HIPÓTESES

Para não levar ao presidente Sarney um único caminho — quatro anos de presidencialismo e parla-

mentarismo a partir do quinto — Ulysses Guimarães deverá informar que há duas possibilidades mais. Na primeira, o parlamentarismo seria implantado no primeiro ano, mas caberia ao presidente nomear o primeiro-ministro, que formaria o gabinete. O voto de desconfiança não vigoraria no primeiro ano; no segundo, o regime seria integral.

Na segunda possibilidade haveria dois anos de presidencialismo e o parlamentarismo após a eleição do sucessor. Contudo, esta saída só será conversada por uma questão formal, pois a maioria do partido previamente não a aceita de forma alguma.

Nessa história toda, o documento que Sarney está preparando para ser o programa mínimo de governo constitui peça secundária. Segundo Luiz Henrique, as metas a serem anunciadas passam pelo programa do partido e o documento deverá ser entendido como fundamento para

um apoio conjuntural e, assim, não incluirá sistema de governo e duração do mandato presidencial.

Luiz Henrique disse que articulações desse tipo são difíceis e lembrou que nenhum governo pode sustentar-se em blocos intra ou interpartidários. Mencionou os 305 constituintes do partido e a quase totalidade dos governadores, destacou a convicção do partido de marchar unido nesta hora e sua disposição de administrar o final da transição.

Na avaliação do líder em exercício do PMDB na Assembléia Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), o presidente da República não deverá promover ampla reforma ministerial, mas apenas mudanças circunstanciais, para substituir, principalmente, os demissionários Jorge Bornhausen e José Hugo Castelo Branco. "Eu não sei se o José Hugo sairá mesmo", observou.